



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Iara Machado de Souza Azevedo

**AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL: UMA ANÁLISE À LUZ DO
INDICADOR (KPA) 2.8 – GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS
PELA AUDITORIA INTERNA**

Brasília, DF

2021

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura

Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen

Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira

Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão
de Políticas Públicas**

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Alex Laquis Resende

Coordenador de Graduação do Curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Doutor José Lúcio Tozetti Fernandes

Coordenador de Graduação do Curso de Ciências Contábeis - Noturno

Iara Machado de Souza Azevedo

**AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL: UMA ANÁLISE À LUZ DO
INDICADOR (KPA) 2.8 – GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS
PELA AUDITORIA INTERNA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:

Prof. Abimael de Jesus Barros Costa

Linha de pesquisa:

Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área:

Auditoria e Controles Públicos

Brasília, DF

2021

Iara Machado de Souza Azevedo
Auditoria Governamental: Gerenciamento das atividades realizadas pela
Auditoria Interna do PGMQ / Iara Machado de Souza Azevedo – Brasília,
2021.

Orientador(a): Prof. Abimael de Jesus Barros Costa

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia - Graduação) – Universidade de
Brasília, 1º Semestre letivo de 2021.

1. Auditoria Interna 2. Aprimoramento 3. Governamental 4. Universidade I.

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia,

Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Auditoria Interna

Governamental: Uma Análise à Luz do Indicador (KOA) 2.8 – Gerenciamento das

Atividades Realizadas pela Auditoria Interna

Iara Machado de Souza Azevedo

**AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL: UMA ANÁLISE À LUZ DO
INDICADOR (KPA) 2.8 – GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS
PELA AUDITORIA INTERNA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Prof. Abimael de Jesus Barros Costa

Orientador

Prof. José Marilson Martins Dantas

Examinador

Brasília, 2021

DEDICATÓRIA

Confesso que escrever essa dedicatória está sendo mais difícil que todo o TCC. Nunca fui boa em expressar meus sentimentos em palavras, sempre fui aquela pessoa que preferi agir e mostrar o que eu sinto em ações e emoções.

Acredito que aprendi isso com meu anjinho, meu vovô, o grande Elias Antônio Carvalho de Souza.. Aquele que me ensinou a empreender, a ser forte, a ser vulnerável. Ele que me ensinou a importância de caminhar com os meus próprios pés e é por isso que estou aqui em Brasília concluindo mais uma fase da minha vida. Ele que me ensinou a amar, não só pessoas e animais, mas amar aquilo que faz e me ensinou que se você ama de verdade não pode se esforçar mais ou menos.

Obrigada por tudo. Sei que está ao meu lado sempre e sei que está comemorando essa vitória do céu.

Tão importante quanto, quero agradecer as mulheres da minha vida, vovó, Maria Bernadete Machado de Souza, mamix, Patrícia Machado de Souza, e minha irmã mais velha, Laura Machado de Souza Azevedo. Muito obrigada por sempre me apoiarem e estarem ao meu lado. Obrigada por todos os conselhos, abraços, beijos e claro, obrigada por me moldarem, por me ajudarem a ser cada vez mais forte e maior. Obrigada por me fazerem feliz.

Não posso deixar de agradecer aos meus amigos, aqueles que me ajudaram desde o início da faculdade. Letícia Rocha, Patrícia Faleiro, Isabela Soares, Isabela Zaidan, Mariana Salomão, Mariana Pelodan, Twila Lazarini, Lais Mota, Johan Coelho, Philipe Coelho, Tito Wolney, Saulo Henrique, Deborah e Dulce Azeredo, Angélica Souza, Ricardo Coutinho, Taynara Rodrigues, Rodrigo Souza... Entre outros tão importantes nessa jornada. Obrigada por me ajudar, por me apoiar e por sempre querer meu crescimento.

Agradecer também ao meu amado pai, João Teobaldo de Azevedo Neto, “mãedrastra”, Claudete Cruz de Azevedo e minha irmã mais nova, Letícia Cruz de Azevedo, que me apoiaram com tanto carinho na minha jornada em Brasília. Ao meu querido “paidrastra”, Valdir Lemes, por me mostrar a Contabilidade e por me fazer me apaixonar por essa área a cada dia.

OBRIGADA POR TUDO! AMO VOCÊS.

“Só se pode alcançar um grande êxito quando nos mantemos fiéis a nós mesmos.” - Friedrich Nietzsche

RESUMO

O presente estudo se propôs verificar, à luz do indicador (KPA) 2.8 do modelo IA-CM, a capacidade da Auditoria Interna da Universidade de Brasília (UnB) de gerenciar os trabalhos de auditoria a fim de alcançar maiores resultados com maior eficiência. Para alcançar o objetivo, realizou-se uma pesquisa descritiva e documental por meio da análise de documentos e da coleta de informações via e-mail e reunião via Teams, com a finalidade de se obter embasamento a respeito da realização das atividades elencadas no indicador 2.8 do referido modelo. Os resultados obtidos demonstraram que, O *Internal Audit Capability Model of the Public Sector* (IA-CM) é uma ferramenta que busca não somente analisar, mas também aperfeiçoar as atividades de auditoria interna governamental. No caso da Universidade de Brasília, nota-se que a Auditoria Interna da mesma só não está 100% em conformidade com as evidências e normas do indicador KPA 2.8, pois ainda não apresenta Plano Diretor de TI.

Palavras-chave: Auditoria Interna; Aprimoramento; Governamental; Universidade.

ABSTRACT

The present study aimed to verify, in the light of the indicator (KPA) 2.8 of the IA-CM model, the capacity of the Internal Audit of the University of Brasília (UnB) to manage the audit work in order to achieve greater results with greater efficiency. To achieve the objective, a descriptive and documental research was carried out through the analysis of documents and the collection of information via e-mail, in order to obtain a basis for carrying out the activities listed in indicator 2.8 of that model. The results obtained showed that The Internal Audit Capability Model of the Public Sector (IA-CM) is a tool that seeks not only to analyze, but also to improve the activities of internal government audit. In the case of the University of Brasília, it is noted that the Internal Audit of the same is only not 100% in accordance with the evidence and standards of the KPA 2.8 indicator, as it does not yet present an IT Master Plan.

Keywords: Internal Audit; Enhancement; Governmental: University.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT	8
SUMÁRIO.....	9
LISTA DE FIGURAS E QUADROS	10
1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Problema da Pesquisa	12
1.2 Objetivo Geral e Objetivos Específicos	12
1.2.1. Objetivo Geral:	12
1.2.2. Objetivos Específicos:.....	12
1.3 Justificativa da Pesquisa	13
1.4. Estrutura da Pesquisa	13
2. AUDITORIA PÚBLICA NO ÂMBITO DA UNB: UMA ANÁLISE AOS MOLDES DO IA-CM.....	14
2.1 Auditoria	14
2.1.1 Auditoria Interna.....	15
2.2 Internal Audit Capability Model (ia-cm)	18
2.2.1 KPA 2.8.....	21
2.3 Fundações Públicas	22
2.3.1 A Universidade de Brasília – UNB e a Audin	22
3 PROCEDIMENTOSMETODOLÓGICOS	26
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	28
4.2. Análise Descritiva dos Dados.....	28
4.1.1 Análise Documental.....	29
5 CONCLUSÃO.....	36
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE(S)	41

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Níveis de capacidade	18
Figura 2 - Matriz de uma página	21
Quadro 1 - Entrevista como Auditor Chefe	34
Quadro 2 – Resultado das verificações	37

1. INTRODUÇÃO

A auditoria interna governamental é uma técnica contábil capaz de impactar de forma relevante o meio organizacional acompanhando, analisando e verificando seus controles e ações. Além disso, estabelece conformidades gerando aprimoramento e aperfeiçoamento e, consequentemente proporcionando otimização dos processos internos.

Logo, a referida auditoria atua como uma ferramenta de cumprimento do controle finalístico com o objetivo de verificar se todo o ambiente institucional vem trabalhando diante dos ditames pré-estabelecidos. Assim, com independência e objetividade, tal técnica desenvolve sua atividade fim com competência, zelo e qualidade agregando, segundo evidenciado pela ISSO 9001:2015, valores e melhoramentos promovendo satisfação suprindo expectativa e necessidades.

Sendo assim, conforme estabelecido pelo Decreto Nº 3.591/2000 deverão ser organizadas no âmbito das entidades que formam a Administração Pública Federal, seja ela direta ou indireta, unidades de auditoria interna com a função, segundo Castro (2018, p. 336) de “avaliar a adequação e eficácia do Controle Interno e a qualidade do desempenho do órgão em que atua. Funcionando como um controle gerencial para a alta administração.”

Logo, as universidades públicas federais, enquanto componentes do arcabouço indireto, se veem vinculadas ao governo e consequentemente sujeitam-se a auditoria interna estatal como antes evidenciado. Dessa forma, tal atividade voltada ao controle e consolidação da atuação sejam dos órgãos, entidades, fundações, autarquias, entre outros, vem gerar controle e melhoramento proporcionando crescimento e amadurecimento organizacional.

Entretanto para que a auditoria pública seja capaz de proporcionar todos os pontos levantados acima é necessário que a mesma esteja em constante processo de autoavaliação e autoanálise atuando dentro dos moldes de maturidade propostos pelo modelo *Internal Audit Capability Model* (IA-CM).

Assim, o presente estudo busca identificar quais evidências elencadas no indicador KPA 2.8 do modelo IA-CM são implementadas no âmbito da auditoria interna da UnB, fundação pública aqui analisada, como forma de comprovação que as atividades desenvolvidas pela Audin atendem ao nível de qualidade e qualificação e exigidos pelo referido modelo.

1.1 Problema da Pesquisa

Diante da relevância constitucional do tema Auditoria Interna no Setor Público, em especial a realizada dentro da UnB, e sua importância como ferramenta de otimização e eficiência governamental torna-se essencial e necessário que a mesma atue conforme os ditames exigidos pelo modelo IA-CM com vistas a alcançar os melhores resultados.

Assim, a presente pesquisa busca responder o seguinte questionamento: Quais processos operacionais desenvolvidos pela Universidade de Brasília (UnB) indicam que a Auditoria Interna à luz do indicador KPA 2.8 está aderente ao modelo conceitual *Internal Audit Capability Model* (IA-CM)?

Desse modo, torna-se relevante a constante avaliação do nível de adequação das atividades essenciais do KPA 2.8 como meio de aperfeiçoamento da auditoria interna, uma vez que tal processo constrói momentos de autoavaliação capazes de evidenciar o caminho necessário para que se possa atingir uma atividade de auditoria pautada na eficiência seja ela em curto ou médio prazo. (The World Bank & CONACI, 2016).

1.2 Objetivo Geral e Objetivos Específicos

1.2.1. OBJETIVO GERAL:

Analisar o nível de adequação das atividades essenciais da Auditoria Interna da Universidade de Brasília (UnB) à luz do indicador (KPA) 2.8 – Gerenciamento das Atividades Realizadas pela Auditoria Interna através do *Internal Audit Capability Model* (IA-CM).

1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Conceituar e conhecer a Auditoria e seus desdobramentos, bem como o IA-CM juntamente com o KPA 2.8 e por fim as Fundações Públicas com foco na UNB.
- Conhecer o indicador (KPA) 2.8 – Gerenciamento das Atividades Realizadas pela Auditoria Interna – suas práticas e procedimentos de acordo com o modelo IA-CM;
- Detectar quais práticas e procedimentos do KPA 2.8 – Gerenciamento das Atividades Realizadas pela Auditoria Interna – estão implementados na auditoria interna da Universidade de Brasília.

1.3 Justificativa da Pesquisa

A principal motivação para sustentar o desenvolvimento da presente pesquisa, encontra-se na grande relevância que o tema em questão traz para o contexto atual, marcado pela intensa necessidade de analisar e aprimorar as práticas que envolvem o desenvolvimento do gerenciamento das atividades realizadas pela Auditoria Interna da Universidade de Brasília e então, melhorar a qualidade da informação gerada pela mesma.

Além disso, o presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo avaliar a qualidade da auditoria interna realizada na Universidade de Brasília por meio da verificação das práticas e procedimentos indicados pelo IA-CM, tendo em vista que a mesma necessita constantemente ser analisada e aprimorada, pois se trata de uma ferramenta de controle e gerenciamento, empregada com a finalidade de se construir um setor público transparente e capacitado.

Dessa forma, a pesquisa vem destacar a importância da melhoria constante da qualidade da função de auditoria pública demonstrando as conformidades encontradas no desenvolvimento da mesma no ambiente da Universidade de Brasília sob a luz do KPA 2.8 proporcionando, assim, enriquecimento intelectual e contribuindo para a formação do aprendizado acadêmico beneficiando os presentes e os futuros alunos, bem como a sociedade como um todo.

1.4 Estrutura da Pesquisa

A presente pesquisa está estruturada em cinco seções, iniciando-se pela introdução, composta pelo panorama inicial do projeto, posteriormente constituída pelo problema de pesquisa, pelos objetivos gerais e específicos e, finalizando com a justificativa.

Em relação a fundamentação teórica apresenta-se a auditoria e seus desdobramentos, a matriz *International Audit Capability Model* (IA-CM) concretizando o levantamento com a apresentação das fundações públicas e as Universidade de Brasília.

Para tanto, a metodologia desenvolvida foi a análise documental, bem como a realização de uma reunião com o chefe da Auditoria Interna da UnB, o Prof. Abimael de Jesus Barros Costa, via TEAMS, com a finalidade de esclarecer e informar a respeito de documentos que estão no escopo do KPA 2.8 e que não foram encontrados no site da referida auditoria interna. O próximo é a seção quatro onde encontra-se a descrição e análise de dados,

seguida da conclusão, referências bibliográficas e apêndices.

2. AUDITORIA PÚBLICA NO ÂMBITO DA UNB: UMA ANÁLISE AOS MOLDES DO IA-CM

2.1 Auditoria

Vista como uma especialização da contabilidade, a auditoria, é uma técnica contábil que, segundo Almeida (2012), nascida no berço da evolução capitalista, é fruto da impetuosa concorrência que se alastrou pelo mundo e da necessidade constante, existente no ambiente empresarial, de aprimoramento e aperfeiçoamento, assim a auditoria vem trazer crescimento e desenvolvimento para o meio organizacional.

Dessa forma, tal técnica contábil vem auxiliar o empreendimento examinando e diagnosticando critérios e procedimentos, atuando de forma objetiva e independente se tornando capaz de proporcionar melhoramentos a organização adicionando valor através da constante avaliação, que a mesma realiza dentro do ambiente empresarial, analisando, avaliando, recomendando, criticando e orientando o caminho a se seguir.

Para Franco e Marra (2001, p. 28):

a auditoria compreende o exame de documentos, livros e registros, inspeções e obtenção de informações e confirmações, internas e externas, relacionados com o controle do patrimônio, objetivando a mensurar a exatidão desses registros e das demonstrações contábeis deles decorrentes. (FRANCO; MARRA, 2001, p.28).

Logo, a referida área do conhecimento, vem de forma única e repleta de fortes e intensas características controlar áreas-chaves atuando por meio da constante verificação da veracidade de cada processo que compõe o espaço organizacional, trazendo direcionamento qualificado auxiliando, assim o negócio, como um todo.

Franco (1992, p.22), evidencia que a auditoria é:

A técnica contábil que através de procedimentos específicos que lhe são peculiares, aplicados no exame de registros e documentos, inspeções, e na obtenção de informações e confirmações, relacionados com o controle do patrimônio de uma entidade – objetiva obter elementos de convicção que permitam julgar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os princípios fundamentais e normas de Contabilidade e se as demonstrações contábeis dele decorrentes refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados de período administrativo examinado e as demais situações nela demonstradas. (FRANCO, 1992, p. 22).

Deste modo, a auditoria assume o contexto de atividade revisional pautada no controle e na otimização se tornando uma ferramenta de análise fortemente estruturada em métodos e procedimentos com enfoque objetivo, técnico, disciplinado e sistemático, concebida com uma visão agregadora organizacional capaz de orientar e direcionar o empreendimento a auditoria

atua detectando, recomendando, avaliando e proporcionando mudanças e transformações gerando eficácia e efetividade.

Assim, trazendo sutileza e tenuidade Crepaldi define, a auditoria como “o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade.” (CREPALDI, 2002, p. 23).

Logo, a auditoria, busca competentemente analisar e investigar a efetividade tanto dos registros quanto dos documentos que fazem parte do meio empresarial, verificando, certificando e opinando, por meio da elaboração dos relatórios de auditoria, sobre os fenômenos identificados, auxiliando e proporcionando um *upgrade* organizacional trazendo conformidade e fidedignidade para o todo empresarial

De acordo com Attie (1998, p. 174), a auditoria divide-se em: auditoria externa, que “é aquela realizada por profissional liberal, auditor independente, sem vínculo de emprego com a entidade auditada, e que poderá ser contratado para auditoria permanentemente ou eventualmente” realizada com a finalidade de se emitir um parecer sobre as informações examinadas, e auditoria interna foco do desenvolvimento do presente trabalho.

2.1.1. AUDITORIA INTERNA

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2003, p.02):

A Auditoria Interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

Logo, a auditoria interna atua em todos os níveis de gestão como instrumento capaz de auxiliar e contribuir para o aprimoramento das ferramentas administrativas gerando eficiência e melhoramento (Pinheiro, 2014 apud Andrade 2018) tanto para os sistemas informacionais quanto para os controles internos como um todo, assistindo o setor administrativo no cumprimento de seus objetivos.

Assim, dotada de ceticismo profissional a auditoria interna desenvolve seu trabalho em conjunto com a administração, auxiliando o empreendimento a alcançar suas metas planejadas e projetadas, atuando intensamente na busca pela efetividade controlando processos, agregando valor, avaliando controles, melhorando o espaço organizacional.

Para Crepaldi (2013, p. 65):

A auditoria interna é uma atividade de avaliação independente dentro da empresa, que se destina a revisar as operações, como um serviço prestado à administração.

Constitui um controle gerencial que funciona por meio da análise e avaliação da eficiência de outros controles. É executada por um profissional ligado à empresa, ou por uma seção própria para tal fim, sempre em linha de dependência da direção empresarial. (CREPALDI, 2013, p. 65)

Logo, tal atividade avaliativa é desenvolvida por um especialista que busca otimizar e aprimorar o processo de gestão trabalhando de forma proativa analisando e avaliando o todo organizacional, proporcionando melhoramento e crescimento.

Assim, cabe destacar que a auditoria interna segundo a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TI 01, aprovada pela Resolução CFC n.º 986/03 é constituída por procedimentos elaborados com enfoque sistemático, técnico, disciplinado e objetivo com fim específico de acrescentar valor ao meio organizacional, indicando caminhos para o aperfeiçoamento através de orientações e sugestões.

Desse modo, torna-se evidente que a Auditoria Interna é um órgão criado pela própria empresa com a finalidade de analisar e examinar a capacidade e a segurança de seus controles, processos e atividades, assim por meio dos seus relatórios fornece informações e sugestões assessorando o meio administrativo a trilhar uma estrada de sucesso (ATTIE, 1992).

Diante do exposto nota-se que a auditoria interna desempenha sua função com o propósito de proporcionar aperfeiçoamento capaz de minimizar riscos e incertezas, assim para Paula (1999) a mesma constrói um panorama real do empreendimento detalhando seu desempenho apresentando seus problemas, evidenciando suas dificuldades e necessidades através do detalhamento dos seus pontos críticos finalizando seus levantamentos e apontamentos com a recomendação, de acordo com todo embasamento construído, de ações e soluções com vistas a alcançar aperfeiçoamento e direcionamento.

Assim, o Instituto de Auditores Internos do Brasil – Audibra (1991, p.20), conclui que:

a missão básica da auditoria interna é: emitir opinião conclusiva ou considerações a respeito das operações examinadas; avaliar os fluxos, sistemas, plano de controle interno e desempenho da organização ou de qualquer de seus seguimentos; auxiliar a administração e demais membros do corpo gerencial da organização a se desincumbirem de maneira eficaz de suas responsabilidades.

Portanto, a auditoria interna vem adicionar valor trabalhando como um instrumento de controle e de verificação que vem atuar juntamente com a administração organizacional um controle administrativo cuja atribuição é analisando e avaliando sistemas e controles com o objetivo de proporcionar melhorias e aprimoramentos auxiliando assim, o empreendimento no alcance de seus propósitos.

2.1.1.1. AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

Segundo as Normas de Auditoria expedidas pelo Tribunal de Contas da União, a atuação da administração pública está vinculada aos ditames da lei e do interesse público, sendo assim constantemente controlada tanto interna quanto externamente.

A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão de controle interno do Governo Federal responsável por realizar atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

A CGU também deve exercer, como Órgão Central, a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno e o Sistema de Correição e das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal, prestando a orientação normativa necessária.

Conforme consta na CF/88 em seu Art. 70.

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. (BRASIL, 1988, art. 70)

Assim, de acordo com o texto constitucional o controle é um poder-dever que por meio da auditoria e das inspeções fiscaliza a atuação e o desempenho da máquina estatal.

Dessa forma, a auditoria interna governamental vem:

avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, bem como a aplicação de recursos públicos por entidades de direito público e privado, mediante a confrontação entre uma situação encontrada e determinado critério técnico, operacional ou legal. (CASTRO, 2015, p.449).

Logo, ainda segundo a CF/88 em seu Artigo 74, tal ferramenta de controle e fiscalização atua em prol da transparência através da constante verificação e constatação da legitimidade e da legalidade, avaliando os resultados e a gestão dos órgãos e entidades que compõem a esfera pública, assim a auditoria governamental vem, também, apreciar a prestação de contas da correta e efetiva aplicação das verbas públicas apresentadas pelos órgãos e entidades da administração.

A auditoria pública pode ter como objeto a lei orçamentária anual, os orçamentos plurianuais de investimentos, as aberturas de créditos adicionais, balancetes de receitas e despesas, rol de responsáveis, livros documentos, demonstrações, recursos transferidos do Tesouro Nacional a entidades públicas e privadas, arrecadação e a restituição de receitas de tributos federais, processos licitatórios, bem como assuntos de interesse público (SÁ, 2000).

Portanto, a auditoria interna governamental se torna um instrumento que proporciona

aperfeiçoamento e controle capaz de auxiliar o aparato estatal a alcançar seus objetivos atuando de forma sistemática e disciplinada com vistas a aprimorar procedimentos, avaliar controles, gerenciar riscos e aperfeiçoar a governança corporativa.

Assim, tal instrumento realiza uma análise dentro das entidades que formam administração direta e indireta, com o objetivo de apoiar e consolidar a gestão pública contribuindo para o cumprimento e efetivação dos cinco princípios constitucionais expressos no Art. 37 da Carta Magna, a saber, “legalidade, da moralidade, da impessoalidade, publicidade e eficiência”. (BRASIL, 1988).

Dessa forma, as atividades e todos os atos realizados e desenvolvidos pela auditoria governamental, por se tratar de um instrumento fiscalizador da atuação estatal, deve sempre guiar-se pelos princípios norteadores que formam os ditames da administração pública com vistas a organizar e direcionar toda a estrutura governamental servindo assim, de fundamentos capazes de alicerçar e embasar todo o ordenamento público.

2.2 Internal Audit Capability Model (IA-CM)

O Modelo de Capacidade da Auditoria Interna para o Setor Público (IA-CM) criado pelo Instituto de Auditores Internos (IIA) é uma ferramenta estratégica capaz de trazer melhoramento contínuo para a atividade de auditoria interna efetivada e realizada na esfera governamental.

De acordo com o IIARF (2009), o IA-CM é:

- a) um instrumento de comunicação, pois confirma e conceitua o que é uma auditoria interna eficaz evidenciando sua relevância para os tomadores de decisão;
- b) um sistema avaliativo, uma vez que avalia o nexos existente entre a maturidade da auditoria e os padrões profissionais que envolvem a prática;
- c) um caminho onde são elencadas as fases necessárias para definir e fortalecer a auditoria interna proporcionando a mesma otimização.

Lançado em 2009, segundo o IIARF (2009), o referido modelo busca descrever os níveis e as fases estratégicas que poderão ser alcançados pela auditoria interna a medida que esta mede, define, controla, melhora e implementa a suas práticas e os seus métodos. Dessa forma, o *Internal Audit Capability Model* vem estruturado em blocos destinados a evidenciar a evolução dos macroprocessos onde seções parcialmente maduras partem para seções estruturadas e fortes.

Logo, o IA-CM é uma matriz que busca localizar as necessidades essenciais que sejam

capazes de proporcionar concretude para o desenvolvimento da auditoria interna no setor público sendo assim, caracterizado como um instrumento de comunicação dedicado a avaliar o nível de adequação das atividades essenciais da auditoria interna por meio de um roteiro que vem traçar o caminho rumo ao fortalecimento e melhoria da mesma.

Cabe destacar que a o modelo IA-CM possui os seguintes objetivos:

- Ser uma ferramenta para avaliação e monitoramento para a auditoria interna governamental;
- Ser um guia no desenvolvimento de uma auditoria interna efetiva;
- Promover e comunicar tomadores de decisão sobre a auditoria interna;
- Auxiliar no planejamento estratégico; e
- Demonstrar as “melhores práticas” a serem seguidas.

Assim, o *Internal Audit Capability Model* visa auxiliar o desenvolvimento de carreira, a capacitação e a autoavaliação monitorando e trazendo direcionamento e melhoramento para o ambiente auditado, partindo sempre da seguinte premissa básica “se o processo ou prática não pode ser repetido, ele não pode ser melhorado”. (IIARF, 2009).

Dessa forma, seu foco primordial órbita em trazer melhoramento e eficácia para as atividades que compõem e estruturam o desenvolvimento da auditoria interna no setor público assumindo, assim o papel de, conforme Rensburg (2014) ferramenta de aprimoramento e de constante autoavaliação capaz de produzir relevantes melhorias no mundo e no cotidiano da auditoria interna governamental.

Conforme evidenciado pelo IIARF (2009) o IA-CM é formado pela seguinte estrutura:

- 5 (cinco) níveis de maturidade e progresso;
- 6 (seis) elementos de auditoria interna;
- 41(quarenta e uma) áreas de processos-chave (Key Process Areas – KPA’s).

Cabe ressaltar que cada nível de maturidade é estruturado por diversos KPA’s, sendo os mesmos diretamente relacionados com os 6 (seis) elementos de auditoria interna. Logo, os KPA’s evidenciam qual procedimento precisa ser realizado e sustentando para que a auditoria seja capaz de avançar para o estágio subsequente alcançando, assim sua institucionalização.

Nota-se, assim que a base para o desenvolvimento de uma auditoria interna eficaz capaz de possibilitar a implantação da fase seguinte é composta pelas capacidades que formam cada nível. (IIARF, 2009; Gils, 2012).

Figura 1.5
Matriz de Modelo de Capacidade de Auditoria Interna

	Serviços e Papel da AI	Gerenciamento de pessoas	Práticas profissionais	Gerenciamento do Desempenho e Accountability	Cultura e Relacionamento Organizacional	Estruturas de Governança
Nível 5 – Otimizado	AI reconhecido como agente-chave de mudança - KPA 5.1	Envolvimento da liderança com organizações Projeção da força de trabalho - KPA 5.2	Melhoria Contínua de Práticas Profissionais - KPA 5.5 Planejamento estratégico da AI - KPA 5.4	Resultado e valor alcançados para a organização - KPA 5.6	Relações efetivas e permanentes - KPA 5.7	Independência, poder e autoridade da Atividade de AI - KPA 5.8
Nível 4 – Gerenciado	Avaliação geral sobre governança, gestão de riscos e controles - KPA 4.1	AI contribui para o desenvolvimento da gestão - KPA 4.4 A Atividade de AI apoia classes profissionais - KPA 4.3 Planejamento da força de trabalho - KPA 4.2	Estratégia de auditoria alavanca a gestão de risco da organização - KPA 4.5	Integração de medidas de desempenhos qualitativas e quantitativas - KPA 4.6	CAI aconselha e influencia a mais Alta Gerência - KPA 4.7	Supervisão independente das Atividades de AI - KPA 4.8
Nível 3 – Integrado	Serviços de consultoria - KPA 3.2	Criação de equipe e competência - KPA 3.5	Estrutura de gestão da qualidade - KPA 3.7	Medidas de desempenho - KPA 3.10	Coordenação com outros grupos de revisão - KPA 3.12	CAI Informa à Autoridade de Mais Alto Nível - KPA 3.15
	Auditorias de desempenho / <i>value-for-money</i> - KPA 3.1	Profissionais qualificados - KPA 3.4 Coordenação de força de trabalho - KPA 3.3	Planos de auditoria baseados em riscos - KPA 3.6	Informações de custos - KPA 3.9 Relatórios de gestão de AI - KPA 3.8	Componente essencial da equipe de gestão - KPA 3.11	Supervisão e apoio gerencial para a Atividade de AI - KPA 3.13 Mecanismos de financiamento - KPA 3.14
Nível 2 – Infraestrutura	Auditoria de conformidade - KPA 2.1	Desenvolvimento profissional individual - KPA 2.3 Pessoas qualificadas identificadas e recrutadas - KPA 2.2	Estrutura de práticas profissionais e de processos - KPA 2.5 Plano de auditoria baseado nas prioridades da gestão e das partes	Orçamento operacional de AI - KPA 2.7 Plano de negócio de AI - KPA 2.6	Gerenciamento dentro da Atividade de AI - KPA 2.8	Acesso pleno às informações, aos ativos e às pessoas da organização - KPA 2.10 Fluxo de reporte de auditoria estabelecido - KPA 2.9
Nível 1 – Inicial	Atividade não estruturada; auditorias isoladas ou revisão de documentos e transações com finalidade de aferir correção e conformidade; produtos dependem de habilidades específicas de indivíduos que estão ocupando as posições; ausência de práticas profissionais estabelecidas, além das fornecidas por associações profissionais; financiamento aprovado por gerência, quando necessário; falta de infraestrutura; auditores provavelmente são parte de uma unidade organizacional maior; nenhuma capacidade estabelecida; portanto, inexistência de macroprocessos-chave.					

Figura 1: Matriz IA-CM
Fonte: Andrade (2018, pag. 35)

Assim, a imagem acima apresenta os 5 (cinco) níveis de capacidades de uma auditoria interna, a saber:

- Nível 1 – Inicial: a auditoria não possui práticas sustentáveis e depende dos esforços individuais (IIARF, 2009);
- Nível 2 – Infraestrutura: práticas e procedimentos são sustentáveis e repetidos (IIARF, 2009);
- Nível 3 – Integrado: gerenciamento da auditoria interna e práticas profissionais uniformes (IIARF, 2009);
- Nível 4 – Gerenciado: a auditoria interna integra as informações da organização para aprimorar governança e gerenciamento de risco (IIARF, 2009); e
- Nível 5 – Otimizado: a auditoria interna tem contínuo aprendizado tanto dentro quanto fora da organização (IIARF, 2009).

Já em relação aos elementos, segundo o IIARF (2009), são 6 (seis), caracterizados da seguinte forma os 4 (quatro) primeiros associam-se ao gerenciamento e as práticas de auditoria interna da própria atividade, e o restante envolve o relacionamento da atividade de auditoria interna com a organização que ela suporta e os ambientes interno e externo. Os mesmos são:

- Serviços e Função da Auditoria Interna;
- Gestão de Pessoas;
- Práticas Profissionais;
- Gestão de desempenho e accountability;
- Relacionamento e cultura organizacional, e;
- Estruturas de governança.

Assim, o modelo IA-CM juntamente com seus níveis, elementos e KPA's atuam evidenciam o caminho a ser trilhado para que a auditoria interna seja capaz de evoluir gerando um setor público composto por organizações maduras e fortes.

2.2.1. KPA 2.8

O KEY Process Areas – KPA 2.8 é um macroprocesso-chave presente no 2º nível do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna, integrante do elemento Cultura e Relacionamento Organizacional é responsável por desenvolver o gerenciamento dentro da atividade de Auditoria Interna realizando a gestão de suas próprias relações e operações por meio das seguintes atividades essenciais: 1) Determinar e estabelecer formalmente a estrutura organizacional apropriada dentro da atividade de AI; 2) Identificar os papéis (funções) e as responsabilidades dos cargos-chave/principais posições na atividade de AI; 3) Apoiar as necessidades organizacionais da atividade de AI e as relações de reporte das pessoas no interior da atividade; 4) Avaliar os requisitos e obter os recursos e as ferramentas de auditoria necessários, incluindo ferramentas de base tecnológica, necessárias tanto para gerenciar, quanto para realizar o trabalho da atividade de AI; 5) Administrar, dirigir e comunicar-se dentro da atividade de AI; 6) Incentivar os relacionamentos e encorajar a comunicação contínua e construtiva dentro da atividade de AI. (IIARF, 2019).

Assim, cada atividade essencial é confirmada por meio das verificações propostas e elencadas no IA-CM que são por fim demonstradas por meio da certificação da existência ou não das evidências descritas no modelo. Cabe destacar que cada atividade possui suas próprias verificações e evidências pertinentes, cada qual, ao seu contexto específico.

Logo, torna-se evidente que cada macroprocesso-chave (KPA), refere-se a diversos processos, de auditoria interna, que são constituídos por atividades desempenhadas e sustentadas, com a missão de auxiliar a unidade de auditoria a alcançar seus objetivos.

2.3 Fundações Públicas

Segundo o art. 5º, IV do Decreto-Lei nº 200/67,

Fundação pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes. (BRASIL, 1967, art. 5º)

Assim, tais entidades derivadas da administração indireta se dedicam ao desenvolvimento de atividades que proporcionem um fim coletivo capaz de beneficiar e impactar a sociedade que a cerca, sendo as mesmas a forma mais adequada para a concretização das funções de ordem social, tais como educação, saúde, cultura, assistência, meio ambiente, entre outras.

Dessa forma, as Universidades Públicas ligadas a administração pública, estão sujeitas ao controle finalístico e, então são subordinadas a fiscalização realizada tanto pela própria administração direta quanto pelo Tribunal de Contas, bem como pelo controle administrativo, realizado pelo Poder Executivo, assim torna-se evidente que as fundações públicas em decorrência de seu caráter público sujeitam-se ao poder público logo submetem-se as práticas e aos procedimentos da auditoria interna governamental.

2.3.1. A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB E A AUDIN

Criada pela Lei 3998/61 em 15 de dezembro de 1961, assumindo a forma de Fundação Pública, a UNB, conforme seu site possui como missão:

Ser uma universidade inovadora e inclusiva, comprometida com as finalidades essenciais de ensino, pesquisa e extensão, integradas para a formação de cidadãos e cidadãos éticos e qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para questões nacionais e internacionais, por meio de atuação de excelência.

Assim, por se tratar de uma fundação e por tal motivo se subordinar ao controle da administração pública direta e as suas peculiaridades e exigências a Universidade de Brasília possui sua própria Auditoria Interna, visto como um órgão de assessoramento do Conselho de Administração (CA), denominado de Audin, criado com a finalidade de guardar e proporcionar desenvolvimento ao valor organizacional da UnB.

De acordo com seu Regimento Interno (RI), a Audin se caracteriza por ser um órgão objetivo e independente que desenvolve suas atividades com o propósito de oferecer a UNB

consultoria e avaliação buscando sempre implantar melhorias e analisar a eficácia dos controles internos, do gerenciamento de riscos e dos mecanismos de governança por meio da aplicação de uma metodologia sistemática e direcionadora.

Logo, conforme Resolução do Conselho de Administração nº 0021/2019 (2019, p.2):

Art. 4º As atividades da Auditoria Interna da UnB têm por finalidade assegurar: I - a regularidade e a racionalidade progressiva da administração de pessoas, orçamentária, financeira e patrimonial da UnB; II - a adequação e a regularidade das contas, bem como a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos disponíveis, observados os princípios de legalidade e economicidade; III - os subsídios necessários aos órgãos responsáveis pelas ações de administração de pessoas e recursos materiais, planejamento, orçamento e programação financeira da UnB, de forma a possibilitar-lhes o progressivo aperfeiçoamento das atividades; IV - o cumprimento das leis, normas e regulamentos, bem como a eficiência e a qualidade técnica dos controles de gestão de pessoas e de recursos materiais e dos controles contábeis, financeiros e patrimoniais da UnB.

De acordo com o Regimento Interno (RI) a Audin, é um departamento independente que trabalha com o objetivo de fornecer consultoria e avaliação, por meio de uma abordagem sistemática para analisar e melhorar a eficácia dos controles internos, dos processos de governança e de gerenciamento de riscos.

Cabe destacar que a Audin desenvolve todas as suas atividades e ações pautadas nos seguintes princípios evidenciados no Regimento Interno, a saber:

- I - Observância à missão constitucional e estatutária da UnB;
- II - Alinhamento com as estratégias, objetivos e riscos da UnB;
- III - integridade;
- IV - Proficiência e zelo profissional;
- V - Objetividade;
- VI - Qualidade e melhoria contínua;
- VII - autonomia técnica;
- VIII - comunicação eficaz.

Dessa a forma, a mesma vem, conforme seu Regimento Interno, estruturada da seguinte maneira:

I - Auditor Chefe – indicado pelo reitor(a) da universidade, formado e habilitado, apreciado pelo CA;

II - Auditor Chefe Adjunto – substitui o Auditor chefe quando impedido e é designado pelo reitor(a);

III - Equipe Técnica de Auditoria – composta por servidores públicos, na forma da lei;

IV – Secretária Administração.

2.4 Pesquisas Anteriores

Domingues (2020) verificou com base no indicador KPA 2.4 do IA-CM, a institucionalização das práticas relativas ao PAINT da Universidade de Brasília e se o mesmo encontrava-se de acordo com o que o modelo do IIA estabelecia. Para tanto se realizou uma pesquisa documental, com análise de documentos e entrevistas com o objetivo de identificar as evidências das práticas performadas pela equipe do órgão. A partir da análise dos dados o autor concluiu que a auditoria interna analisada alcançou um alto grau de adequação às práticas propostas pelo IA-CM com relação ao KPA 2.4, porém ainda não se encontra institucionalizado, tendo em vista que existem 4 pontos que foram verificados parcialmente, a saber: a determinação dos objetivos e escopos para cada trabalho de auditoria; a previsão do montante global de recursos necessários para a realização de cada trabalho de auditoria e de outros serviços a serem prestados; apresentação dos objetivos e do escopo para cada trabalho de auditoria e outros serviços previstos e por fim a apresentação de informações relativas à estimativa do montante de recursos necessários para a realização de cada trabalho de auditoria/outros serviços, além desses 4 pontos que precisam ser melhorados tem-se uma prática não implementada a existência de normas, diretrizes ou orientações relativas à identificação e à documentação do PAINT.

Carvalho (2020) realizou uma pesquisa no seu Trabalho de Conclusão de Curso com o objetivo de identificar informações relativas a existência de indicadores gerenciais de desempenho nos relatórios anuais de auditoria interna (RAINT), relacionadas as atividades realizadas em 2018, pelas unidades de auditoria interna governamental (UAIG) das Universidades Federais Brasileiras. Para tanto a metodologia utilizada foi um levantamento de dados no RAIN/2018 de 55 (cinquenta e cinco) Universidades Públicas Federais, com vistas a localizar as variáveis e os indicadores de desempenho recomendados pelo programa PRO-Qualidade. Após o levantamento foram analisadas as informações coletadas e, a partir de então, as Universidades foram classificadas com base na formulação de um índice que mensura o nível de atendimento na apresentação das variáveis e dos indicadores de desempenho nos RAIN/2018 pesquisados.

Alguns dos resultados mostram que: a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) obteve o índice de 88% sendo, portanto, o Instituto Federal de Ensino Superior - IFES que melhor apresentou a quantidade de variáveis e indicadores em seu RAIN/2018. O menor índice identificado foi de 13% e pertence às Universidades Federais do Acre (UFAC), do Pará (UFPA) e do Sul da Bahia (UFSB). A média localizada para o índice de todas as IFES

analisadas e pesquisadas foi de 39% (trinta e nove por cento) de cumprimento na evidenciação das variáveis e indicadores em seus RAIN/2018.

Em seu Trabalho de Conclusão de Curso, Santos (2020) verificou o nível de capacidade da Auditoria Interna da Universidade de Brasília (UnB) com base no indicador (KPA) 2.3 do modelo IA-CM por meio de entrevistas e análise de documentos, em busca de se obter evidências sobre a existência e a prática institucionalizada das atividades contidas no referido indicador. Após a análise dos resultados obtidos o autor concluiu que, mesmo com a existência de normas que disciplinem a respeito dos cursos e treinamentos a serem realizados com foco a se alcançar o desenvolvimento profissional, a Auditoria Interna da UnB não alcançou o nível 2 de capacidade do modelo IA-CM.

Sousa Junior (2019) analisou no seu Trabalho de Conclusão de Curso o perfil dos membros das unidades de auditoria interna das universidades federais brasileiras com o objetivo de verificar se tais membros são dotados de características capazes de contribuir com a boa governança pública nos referidos órgãos. Para tanto se realizou uma pesquisa básica, com método científico do tipo fenomenológico e então, a análise foi desenvolvida por meio das informações obtidas através da coleta de dados disponibilizadas nos sites das universidades federais. O autor classificou ainda sua pesquisa como descritiva e quantitativa. Após a análise de todas as informações e dos dados coletados o autor concluiu que não existe relações estatísticas significativas entre as variáveis estudadas que sejam capazes de fazer com que o profissional ocupe o cargo de auditor. Outros resultados encontrados é que os dados indicam que o alto nível de formação acadêmica é uma das variáveis para a ocupação do cargo. Por fim, cabe destacar que o autor evidenciou que existem sim algumas características dos profissionais que podem contribuir para o desenvolvimento da governança pública dentro das universidades federais do Brasil.

Rodrigues (2017) analisou em sua pesquisa de conclusão de curso a atuação da auditoria interna nas universidades federais brasileiras com o objetivo de avaliar suas atividades desempenhadas em 2016 diante dos ditames estabelecido pelos órgãos de controle. Para tanto se utilizou como metodologia a análise documental, quantitativa e descritiva, por meio da coleta de dados realizada na Lei de Acesso a Informações (LAI), no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) e no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAIN). Dessa forma, as informações coletadas foram verificadas e o autor conclui que há unidades de Auditoria Interna instaladas em 61 das 63 universidades evidenciadas e que suas equipes são compostas por servidores concursados que possuem formação na área de Administração, Ciências Contábeis ou Ciências Jurídicas e também são pós-graduados, suas

atividades são voltadas para os Controles da Gestão e possuem como principal foco de atuação a realização de auditorias de gestão e operacional. Outro resultado obtido foi que mais de um terço das atividades realizadas estão relacionadas com o assessoramento e orientação aos gestores, seguida da implementação de recomendações dos órgãos de controle interno/externo e, por fim a emissão de relatórios com o objetivo de proporcionar a transparência.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Entende-se por metodologia o conjunto de abordagens, processos e técnicas utilizados pela ciência para formular e resolver problemas que visam à obtenção do conhecimento de forma sistemática, deixando evidente que o método é o que permite a construção do conhecimento.

No que diz respeito à forma, a metodologia adotada nesse estudo se classifica em pesquisa qualitativa, que segundo Marconi e Lakatos (2006, p. 269), tal método “preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamento” se baseando em observações e entrevistas para coleta das informações que darão sustentação às conclusões, com a finalidade de avaliar e apresentar o nível de adequação das atividades essenciais da Auditoria Interna da Universidade de Brasília (UnB) à luz do indicador (KPA) 2.8 – Gerenciamento das Atividades Realizadas pela Auditoria Interna por meio da utilização do *Internal Audit Capability Model* (IA-CM).

Quanto aos objetivos, a metodologia classifica-se em descritiva, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada que, de acordo com as características definidas tem a finalidade de descrever o objeto de estudo, as suas peculiaridades e seus desafios, demonstrando com profunda exatidão os fenômenos e fatos que compõem o ambiente analisado.

No que diz respeito aos procedimentos, foi desenvolvida pesquisa bibliográfica, que segundo Marconi e Lakatos (1991), trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, em artigos científicos, literatura especializada, legislação federal, dentre outras fontes, além de pesquisa de campo, uma vez que esta se baseia em estudos observacionais que explora ou descreve fenômenos sem intervenção ativa

do pesquisador, necessitando coletar, observar, registrar e ordenar dados, sem manipulá-los, bem como a realização de uma entrevista online com o Auditor chefe para a concretização da análise documental com a finalidade de se interpretar e avaliar o estudo de caso Auditoria Interna da Universidade de Brasília (UnB) à luz do indicador (KPA) 2.8 – Gerenciamento das Atividades Realizadas pela Auditoria Interna por meio da utilização do *Internal Audit Capability Model* (IA-CM).

O desenvolvimento da pesquisa de campo será voltado para a análise do site da UnB com o objetivo de se localizar as práticas e os procedimentos exigidos pelo (KPA) 2.8 – Gerenciamento das Atividades Realizadas pela auditoria interna, cabe destacar que também foi solicitada uma reunião via e-mail junto a Universidade em busca de esclarecimentos e maiores evidências com a finalidade de analisar se a UnB vem aplicando de forma correta o IA-CM, bem como o KPA 2.8.

Assim, a análise dos levantamentos realizados procurará identificar quais práticas e procedimentos do KPA 2.8 – Gerenciamento das Atividades Realizadas pela Auditoria Interna – estão implementados na auditoria interna da Universidade de Brasília.

Posteriormente à fase de pesquisa, os dados deverão ser organizados e analisados, verificando-se o cumprimento dos objetivos traçados para a então elaboração das conclusões.

Em relação às fontes de pesquisa foram utilizados, para o levantamento bibliográfico, informações disponibilizadas em livros, sites, artigos, periódicos e etc, para o estudo de caso dados do site da UnB, bem como informações solicitadas via e-mail junto com a mesma. Já para a pesquisa de campo, as fontes são dados e posicionamentos disponibilizados pelo próprio site da Auditoria Interna da UnB.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

4.2 Análise Descritiva dos Dados

De acordo com os estudos e as análises realizadas no IA-CM, nota-se que o modelo utilizado para verificação da efetividade da auditoria interna apresenta em sua estrutura 5 níveis de qualidade de gestão, das quais são subdivididas em 6 áreas de processo. Para tanto, o KPA analisado será o 2.8 “Gerenciamento dentro da Atividade de Auditoria Interna” que por sua vez está inserido no nível 2 – Infraestrutura seu foco de atuação são as práticas profissionais. (IIARF, 2009).

Dessa forma, conforme apresentado pela Matriz IA-CM faz-se necessário a efetivação de algumas evidências elencadas pelo próprio modelo. Logo para que um KPA seja dominado é necessário que órgão analisado implemente e institucionalize a referida ação proposta.

Assim, o modelo IA-CM, conforme posicionamento do IIARF (2009) funciona como uma autoavaliação buscando externar tanto a qualidade quanto a profundidade de suas ações e direcionamentos. Dentro desta vertente cabe destacar que segundo o RAINT (2020, p. 33), Relatório Anual de Auditoria Interna, vem relatar da seguinte forma “é senso comum que a Auditoria Interna da UnB atualmente está posicionada no nível de maturidade 1 do modelo IA-CM [...]”. Diante do exposto, a presente pesquisa limita-se a examinar a aplicabilidade e, então, a conformidade da auditoria interna com os parâmetros do KPA 2.8 evidenciado no modelo IA-CM, estabelecendo para tanto as seguintes análises e observações.

Cabe aqui ressaltar que o RAINT é um documento pelo qual a Auditoria Interna da Universidade de Brasília presta contas e apresenta seus resultados, “conforme definido na Instrução Normativa nº 09, de 09 de outubro de 2018, do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU)” (RAIN, 2020, p. 49).

Portanto, o KPA 2.8 se propõe a analisar a gestão dentro da auditoria interna, com foco no gerenciamento do desempenho e accountability. Para atender as verificações elencadas, o KPA 2.8 apresenta a seguinte composição: 7 atividades essenciais que orbitam ao redor de um objetivo central, assim cada atividade possui suas verificações e suas possíveis evidências, que irão confirmar se o órgão desenvolve a referida atividade direta ou indiretamente.

4.1.1. ANÁLISE DOCUMENTAL

Abaixo serão evidenciados e apresentados em tópicos os resultados obtidos por meio da pesquisa documental realizada com vistas a localizar a concretude das atividades essenciais, bem como suas evidências.

Análise 1 -

<p>Atividade Essencial - Determinar e estabelecer formalmente a estrutura organizacional apropriada dentro da atividade de AI.</p>	<p>Evidências: - Políticas organizacionais e/ou normativos que estabeleçam formalmente a estrutura organizacional e as prerrogativas funcionais da UAIG. - Regimento Interno da UAIG. - Quadro de Cargos em Comissão ou de chefias.</p>
--	---

A análise 1 vem propor a verificação da primeira atividade essencial DO KPA 2,8 – Gerenciamento dentro da atividade de Auditoria Interna, localizado no nível 2 – Infraestrutura do modelo IA-CM, assim diante das propostas apresentadas têm-se as seguintes conclusões:

As Políticas organizacionais e ou normativas que estabeleçam formalmente a estrutura organizacional e as prerrogativas funcionais da UAIG estão formalmente apresentadas e materializadas formalmente em diversos documentos distintos, tais como o Regimento Interno da Audin que vem como um todo estabelecer as políticas organizacionais e normativas ao descrever em seu Artigo 5º a composição da Auditoria Interna da UnB, já em Artigo 6º o mesmo vem relatar as competências da mesma relatando para tanto em seu Artigo 7º de forma holística as atribuições do auditor chefe.

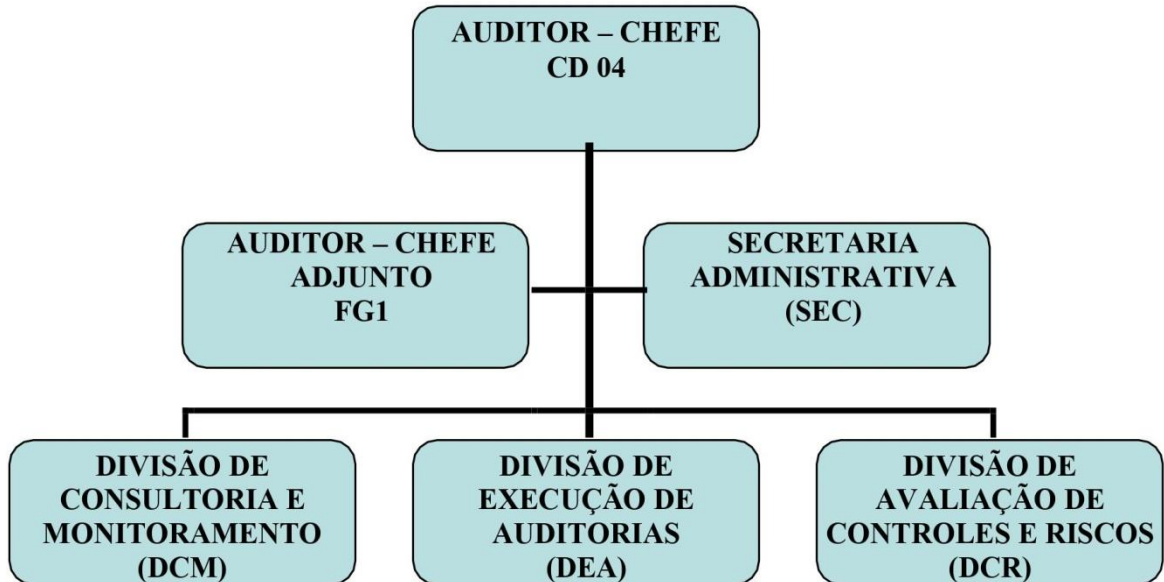
Os próximos documentos são:

- Ato da Auditoria nº 1/2021 que vem apresentar também as competências em seu Artigo 1º do auditor chefe e no Artigo 2º do auditor chefe adjunto;
- Ato da Auditoria Interna nº 16/2020: aborda exclusivamente em todo o seu corpo normativo as competências da Coordenação de Execução de Auditorias da Universidade de Brasília (AUD), e dá outras providências.

Em relação à Estrutura Funcional o Planejamento Estratégico (2019-2022), apresenta dentro da seção 2.4- O Processo de Elaboração do Planejamento Institucional 2019-2022, a subseção 2.4.1.6 que vem apresentar na página 15 a proposta de uma nova Estrutura Funcional representando, assim o novo organograma da Auditoria Interna da UnB.

Cabe destacar que o PAINT 2021, seção 3.4 – Estrutura Organizacional vem

apresentar, nas páginas 13 e 14, o Quadro de Cargos que compõe a atual equipe da Audin UnB, informando o nome dos componentes juntamente com seus cargos e sua formação. Logo, conclui-se que tal análise foi totalmente identificada.



Fonte: Estrutura Organizacional da Auditoria Interna da UnB (Ato da Auditoria nº 02/2019).

Análise – 2

Atividade essencial: Identificar os papéis (funções) e as responsabilidades dos cargos-chave/principais posições na atividade de AI.	Evidências: as mesmas propostas na Análise 1.
--	---

A análise 2 vem propor a verificação da segunda atividade essencial DO KPA 2,8 – Gerenciamento dentro da atividade de Auditoria Interna, localizado no nível 2 – Infraestrutura do modelo IA-CM, assim diante das evidencias apresentadas, cabe relatar que o site da Auditoria interna da UnB dentro do campo Institucional “Equipe” vem apresentar de forma individual e detalhada cada Ato da Auditoria responsável por identificar as competências (funções) e as responsabilidades dos cargos-chaves/principais posições na atividade de AI. Assim, os seguintes Atos, abaixo elencados, vêm descrever o que compete a cada componente:

Ato da Auditoria 001/2021: Auditor Chefe;

Ato da Auditoria 001/2021: Auditor Chefe Adjunto;

Ato da Auditoria 008/2020: Secretaria Administrativa;

Ato da Auditoria 15/2020: Coordenação de Consultoria e Monitoramento;

Ato da Auditoria 16/2020: Coordenação de Execução de Auditoria;

Ato da Auditoria 14/2020: Coordenação de Avaliação de Controles e Riscos.

As Coordenações de Consultoria e Monitoramento, Execução de Auditorias e Avaliação de Controle e Riscos formam a equipe técnica que compõe a Audin UnB para tanto a Resolução CAD 21/2019 em seu Capítulo IV “DAS COMPETÊNCIAS” relata no Artigo 8º as atribuições da Equipe técnica de Auditor que constituem as referidas Coordenações.

Cabe destacar que a Resolução CAD 21/2019 relata ainda, também no Capítulo IV as atribuições do Auditor Chefe.

Verificando-se a completude total da Análise – 2.

Análise – 3

<p>Atividade Essencial: Apoiar as necessidades organizacionais da atividade de AI e as relações de reporte das pessoas no interior da atividade.</p>	<p>Evidências:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Unidades de gestão interna e de apoio operacional (gestão de pessoas, capacitação, gestão financeira, TI, etc) - Sistemas operacionais e de gestão de informação. - Cadeia hierárquica.
--	--

A análise 3 vem propor a verificação da terceira atividade essencial DO KPA 2,8 – Gerenciamento dentro da atividade de Auditoria Interna, localizado no nível 2 – Infraestrutura do modelo IA-CM. Assim, o PAINT (2021, p. 19), que se trata do Plano Anual de Auditoria Interna, vem em seu capítulo 7- CAPACITAÇÃO DOS INTEGRANTES DA AUDITORIA INTERNA abordar as evidências levantadas e, então relata como ocorrerá a capacitação dos membros da equipe que formam a Auditoria Interna da UnB, para tanto apresenta o Quadro abaixo que possui a finalidade de detalhar as capacitações necessárias apresentado seus aspectos formais e financeiros.

Nome	Site	Modalidade	Periodicidade	Quantidade de servidores	Custo unitário	Custo total
TCU	https://contas.tcu.gov.br/ead/	EAD	Mensal	6	zero	zero
CGU	https://ead.cgu.gov.br/	EAD	Mensal	6	zero	zero
ENAP	https://www.escolavirtual.gov.br/catalogo	EAD	Mensal	6	zero	zero

Ementário de Gestão Pública	http://ementario.info/	Informação por e-mail e/ou whatsapp	Diário	12	zero	zero
Resumo DOU – Jacoby Fernandes	https://resumodou.com.br/	Informação pelo site e/ou por whatsapp	Diário	12	zero	zero
FONAI-MEC – FONAI-TEC	http://fonai-mec.com.br/fonaitec.php	EAD	Semestral	10	Inscrição previsão de R\$ 350,00	R\$ 3.500,00
Benchmarking e Treinamento virtual - PGMQ		EAD, mediante reuniões por meio de videoconferência	Semestral	2	zero	zero
Custo total estimado para 2021 em capacitação						R\$ 3.500,00

Quadro 4 - Detalhamento do planejamento das capacitações da AUD em 2021.

Logo em seguida ainda no Capítulo 7-CAPACITAÇÃO DOS INTEGRANTES DA AUDITORIA INTERNA do PAINT 2021 (p. 21) apresenta o quadro 5, o mesmo vem definir as “competências individuais de cada servidor, bem como com sua respectiva prioridade de capacitação” (BRASIL, 2021, 21), assim o mesmo vem apresentar de forma detalhada a formação de cada servidor, suas atribuições, competências e quais são suas prioridades de capacitação.

O RAIN 2020 traz no capítulo 6 – Ações de Capacitação Realizadas um quadro demonstrativo onde consta toda equipe da auditoria interna e suas respectivas capacitações efetivadas em cada mês do ano.

Finalizando a efetividade da identificação da completude da Análise 3.

Análise – 4

Atividades Essenciais: Avaliar os requisitos e obter os recursos e as ferramentas de auditoria necessários, incluindo ferramentas de base tecnológica, necessárias tanto para gerenciar, quanto para realizar o trabalho da	Evidências: - Plano diretor de TI. - Orçamento anual. - Plano anual de capacitação.
---	--

atividade de AI.	
------------------	--

A análise 4 vem propor a verificação da quarta atividade essencial DO KPA 2,8 – Gerenciamento dentro da atividade de Auditoria Interna, localizado no nível 2 – Infraestrutura do modelo IA-CM. Ao se buscar as evidências exigidas em relação ao Plano Anual de Capacitação foi devidamente detalhado na análise 3. Cabe destacar também que o próprio site da Audin UnB apresenta dentro do campo Institucional o Plano de Desenvolvimento de Pessoas que vem relatar as competências exigidas de cada membro para que os mesmos possam exercer as suas funções apresentando para tanto a necessidade de aprimoramento de cada cargo.

O orçamento anual é apresentado no PAINT 2021 dentro do Apêndice F – Metodologia de Estimativas e Mensuração dos Custos da Auditoria Interna, que vai da página 43 até a 45, o referido apêndice detalha a remuneração individual de cada membro da equipe da auditoria interna, o orçamento anual, os gastos com capacitação, o total de horas trabalhadas e todos os custos envolvidos em cada macroprocesso de cada serviço.

O PAINT (2021, p. 30) relata “ao longo do ano de 2020 a AUD obteve apoio institucional para realizar reforma do seu ambiente laboral, de modo a adaptar o espaço físico às reais necessidades da Auditoria Interna, ficando evidente a obtenção de melhores condições para o desenvolvimento das atividades de AI.

Entretanto em relação ao Plano Diretor de TI a instituição não o possui, não apresentando ao menos uma data para a sua implantação.

Análise – 5

Atividades Essenciais: Administrar, dirigir e comunicar-se dentro da atividade de AI.	Evidências: - Sistemas operacionais, de gestão de informação e de monitoramento da atividade de AI.
---	--

Todas as informações solicitadas dentro das evidências acima estão apresentadas no RAINT/2020 no Capítulo 2 – Descrição dos Trabalhos. O arquivo citado, descreve que a AUD implementou o sistema único da CGU denominado e-Aud, além de desenvolver e implantar sistemas informatizados para gestão dos processos, monitoramento e recomendações e, por fim, o Capítulo 4 – Apoio Realizado as Demandas do TCU, que afirma que a Auditoria Interna faz uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI/UnB) com a

finalidade de acompanhar e controlar as providências quanto as determinações e recomendações do TCU e também utiliza o sistema CONECTA-TCU pra a troca de correspondências com o TCU.

No PAINT/2021 também comenta a respeito da evidência em questão trazendo o Capítulo 8 – Monitoramento das Recomendações, somente para tratar deste assunto em questão.

O Planejamento Estratégico da Auditoria Interna 2019-2022 em sua seção 2.8 - Etapa 5 Monitoramento e Avaliação, também trata sobre o tema. Para tanto foi elaborado um quadro analítico descrevendo o status de tal evidência.

Análise – 6

Atividades Essenciais: Incentivar os relacionamentos e encorajar a comunicação contínua e construtiva dentro da atividade de AI.	Evidências: as mesmas propostas na Análise 5.
--	---

Em relação aos incentivos de relacionamentos e encorajamento a comunicação contínua e construtiva dentro da atividade de auditoria interna, através do site da Audin UnB, percebe-se que no campo de notícias estão elencadas diversas medidas e ações com a finalidade de se concretizar tal exigência, tais como:

26/04/2021: Realização da Live de Comemoração aos 35 anos da Auditoria Interna da UnB;

30/03/2021: 402ª Reunião do CAD para aprovação do PAINT 2021 e do RAINIT 2020;

26/05/2021: Realização online do 53º FONAITec, etc.

Diante do apresentado acima, nota-se que a auditoria interna da Universidade de Brasília está comprometida com a transparência das informações, ação esta cada vez mais cobrada pelos três poderes União, Estados e Municípios e, claro, pelos cidadãos.

Em suma, no quadro abaixo será apresentado um resumo das perguntas do KPA 2.8 – Gerenciamento dentro da atividade de AI e as suas respectivas respostas referentes a entrevista realizada com o Auditor Chefe da auditoria interna da Universidade de Brasília.

Entrevista com o Auditor Chefe

Verificações Propostas - Existência	Sim	Não	Parcial	Observações
1. A UAIG possui estrutura organizacional formalmente estabelecida?	X			

2. A estrutura organizacional da UAIG contempla a definição formal de papéis e de responsabilidades dos cargos-chave/principais posições na atividade de AI?	X			
3. A estrutura organizacional da UAIG contempla mecanismos/processos de apoio às relações de reporte e às necessidades da atividade de AI?	X			
4. A UAIG possui processo permanente de avaliação de requisitos e de obtenção de recursos e de ferramentas, incluindo aquelas baseadas em tecnologia, necessárias para gerenciar e executar a atividade de AI?			X	Ausência do Plano Diretor de TI
5. A estrutura organizacional da UAIG possibilita um processo adequado para administrar, para coordenar e para comunicar-se dentro da atividade de AI?	X			
6. A estrutura organizacional da UAIG possibilita o desenvolvimento de relações de trabalho profissionais e promove a comunicação contínua e construtiva dentro da atividade de AI?	X			

Fonte: Elaborado pelo autor

Assim, diante do exposto e de toda a análise realizada neste capítulo, conclui-se que a Auditoria Interna da Universidade de Brasília vem desenvolvendo seu trabalho de acordo com o Modelo IA-CM, exceto por uma evidência que não foi localizada, o Plano Diretor de TI. De maneira geral, percebe-se o excelente trabalho desenvolvido pela Audin, sendo esta executada de forma a promover relevantes melhorias em seu meio.

5. CONCLUSÃO

A realização do presente trabalho de conclusão de curso trouxe a oportunidade de se conhecer os aspectos e as nuances que formam e transformam o ambiente da auditoria interna, em especial a governamental, apresentando suas várias faces, com vistas a analisar seus procedimentos, análises e direcionamentos, proporcionando aprimoramentos e capacitação acadêmica. Dessa forma, diante de sua intensa relevância a auditoria interna governamental visa proporcionar melhorias no meio auditado gerando processos e procedimento com maior eficácia e eficiência.

Diante do exposto, buscou-se analisar todo o aparato institucional e documental com o objetivo de identificar quais evidências são aplicadas pela auditoria interna Universidade de Brasília (UnB) capazes de sinalizar, que, a mesma, à luz do indicador KPA 2.8 encontra-se em conformidade ao modelo conceitual *Internal Audit Capability Model* (IA-CM).

Logo, para se alcançar o referido objetivo foi realizado uma análise do documental no site da Auditoria Interna da UnB com a finalidade de se localizar os dados e informações impostos no KPA 2.8 do IA-CM, além da realização de uma reunião online com o Auditor Chefe do órgão.

Após a coleta das informações de todos os documentos relatados e disponibilizados no site da Audin, os mesmos foram criteriosamente analisados com vistas a verificar a veracidade completude de todas as afirmações.

Portanto, os resultados obtidos demonstram que a Auditoria Interna da Universidade de Brasília vem atuando nos parâmetros e exigências solicitadas no *modelo Internal Audit Capability Model* (IA-CM), exceto a respeito da existência do Plano Diretor de TI, que conforme afirmado pelo Auditor Chefe da auditoria interna da UnB, a mesma ainda não o possui.

Na oportunidade o entrevistado relatou ainda que mesmo a Audin não dispendo do referido documento, o site apresenta outra documentação complementar, o Planejamento Estratégico, que é responsável por abarcar de forma geral diversos assuntos defendendo, assim sua existência, mesmo que indiretamente. Oportunamente, o auditor levantou também a questão da necessidade de se concretizar tal evidência abordada, porém, mesmo que indagado, não apresentou uma data para a elaboração do mesmo.

Logo, diante do exposto nota-se que o trabalho de auditoria realizada na UnB, atendendo o KPA 2.8 – Gerenciamento dentro da atividade de AI, possui uma estrutura organizacional definida e bem elaborada, com direcionamento voltado a gestão de pessoas,

orçando e monitorando todas as suas ações, além de desfrutar de tecnologia e ferramentas necessárias para sua atividade fim, entretanto não desenvolve o Plano Diretor de TI que em partes, tal ausência, vem sendo suprido pelo Planejamento Estratégico, sendo assim notória a qualidade com o órgão desempenha suas funções. Porém, a ausência da documentação mencionada faz com que a Universidade de Brasília não se encaixe no nível 2, do KPA 2.8.

Além disso, nota-se o grande comprometimento da Auditoria Interna da Universidade de Brasília com a Lei nº 12.527. Lei esta, sancionada em 18 de novembro de 2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, no qual é aplicável aos três poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Esta Lei representou um importante passo para a consolidação do regime democrático brasileiro e para o fortalecimento das políticas de transparência pública.

A Lei institui como princípio fundamental que o acesso à informação pública é a regra, e o sigilo somente a exceção. Para garantir o exercício pleno do direito de acesso previsto na Constituição Federal, a Lei define os mecanismos, prazos e procedimentos para a entrega das informações solicitadas à administração pública pelos cidadãos.

Em relação às limitações da pesquisa, cabe evidenciar a impossibilidade de se acompanhar o desenvolvimento das atividades dentro do ambiente estudado, Auditoria Interna da UnB, em decorrência da pandemia causada pelo Covid-19, tendo em vista que todas as dúvidas e anseios foram excelentemente sanados durante o momento da entrevista.

Deste modo, sugere-se para novas pesquisas, uma análise mais precisa, realizando não apenas procedimentos analíticos e substantivos, mas também tenha a análise de “walkthrough”, ou seja, o acompanhamento passo a passo dos processos e procedimentos realizados na auditoria, a fim de confirmar a confiabilidade dos dados disponibilizados por eles. E também que outras Universidades Federais sejam analisadas e, assim as informações e dados colhidos e levantados sejam confrontados entre si na busca por se encontrar similaridades e controvérsias e, então identificar qual universidade federal melhor atende e se enquadra no modelo IA-CM.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ANDRADE, Fernanda Costa de. **Atividade de auditoria interna da Controladoria-Geral do estado de Minas Gerais**. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/30562>. Acesso em: 30 setembro de 2021.

ATTIE, William. **Auditoria interna**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ATO DA AUDITORIA nº 1/2021. **Estabelece as competências do(a) Auditor(a)-Chefe e Auditor(a)-Chefe Adjunto(a) da Unidade de Auditoria Interna (AUD) da Universidade de Brasília, e dá outras providências**. 2021. Disponível em: <http://www.auditoria.unb.br/normativos-aud>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

ATO DA AUDITORIA nº 16/2021. **Estabelece as competências da Coordenação de Execução de Auditorias da Universidade de Brasília (AUD), e dá outras providências**. 2021. Disponível em: <http://www.auditoria.unb.br/normativos-aud>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

AUDIBRA- INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL. **Normas brasileiras para o exercício da auditoria interna**. 2. ed. São Paulo, 1991.

AUDIBRA – Instituto dos Auditores Internos do Brasil. **O valor da Auditoria interna para as partes interessadas**. 2013. Disponível em: <<http://www.iiabrasil.org.br/new/valordaauditoria/index.html>>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3591.htm>. Acesso em: 21 de julho de 2021.

_____. **Decreto-lei nº 200/1967, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Brasília, DF, 25 fev. 1967.

BRASIL. MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2018. **Instrução Normativa nº 9, de 2018**. Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna - PAINT e sobre o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIINT das Unidades de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Brasília-DF, 09 de outubro de 2018.

_____. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO 9001:2015**. Sistema de Gestão

de Qualidade. Requisitos. Brasil, 2015.

BRASIL. Normas Brasileiras de Contabilidade – **NBC TI 01 – Da Auditoria Interna**. Conselho Federal de Contabilidade. 2003. Acesso em 28 de setembro de 2021.

CARVALHAL, Fernando Luís de Sousa. **Auditoria Interna Governamental: Análise dos Indicadores Gerenciais das Universidades Federais Brasileiras**. Brasília, 2020.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC Nº 986/2003**. Aprova a NBC TI 12 – Da Auditoria Interna. Disponível em: < <https://goo.gl/lv1c86> >. Acesso em: 28 de setembro de 2021.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 468 p.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DOMINGUES, Allan Gabriel Silva. **Auditoria Interna Governamental: Indicador KPA 2.4 – Plano de Auditoria Baseado nas Prioridades Da Gestão e das Partes Interessadas - de avaliação do PGMQ**. Brasília, 2020.

DONIN, Leonardo Modesti et al. **Autoavaliação da maturidade organizacional da atividade de auditoria interna exercida pela CGU com base no modelo IA-CM. 2019**.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil: normas de auditoria, procedimentos e papéis de trabalho, programas de auditoria e relatórios de auditoria**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FRANCO, Hilário. **Auditoria Contábil**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS (IIA). **Dispõe sobre corpo de conhecimento do auditor interno**. EUA. 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/8tkH1u> > Acesso em 01 outubro 2021.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 2ª.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 4ªed revista e ampliada. São Paulo. Atlas, 2006.

PAULA, Maria Goreth Miranda Almeida. **Auditoria Interna**. 1 ed. São Paulo: Atlas 1999.

PINHEIRO, Joaquim Leite. **Auditoria Interna Auditoria Operacional: Manual Prático para Auditores Internos**. 3º. ed. Lisboa: Letras e Conceitos Lda. 2014.

RENSBURG, Janse Van, J. O. **Internal audit capability: a public sector case study.** (Doctoral dissertation) University of Pretoria. 2014.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 0021/2019. **Aprova o Regimento Interno e define o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de auditoria interna na Universidade de Brasília.** Brasília, 2019. Disponível em: http://www.auditoria.unb.br/images/RIAUD/5_-_Resoluo_CAD_021-2019_-_Regimento_Interno_da_AUD.pdf. Acesso em: 02 de outubro 2021.

RODRIGUES, Rubens Carlos. **A Atuação da auditoria interna nas universidades federais brasileiras.** 2017. 176 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza-CE, 2017.

SANTOS, Erisvaldo Alves dos. **Auditoria Governamental: a importância do desenvolvimento profissional da equipe de auditores internos.** Brasília, 2020.

SOUSA JUNIOR, Alciran Coelho de. **Perfil dos membros das unidades de auditoria interna das universidades federais brasileiras.** Brasília, 2019.

The Institute of Internal Auditors Research Foundation (IIARF). **Internal audit capability model (IA-CM) for the public sector: overview and application guide.** Altamonte Springs, 2009.

UNB. A UnB. **História.** Disponível em: <https://www.unb.br/institucional-rodape/historia>. Acesso: 30 de setembro de 2021.

UNB. A UnB. **Missão.** Disponível em: <https://www.unb.br/a-unb/missao>. Acesso: 30 de setembro de 2021.

APÊNDICE(S)

APÊNDICE A – Checklist do Indicador (KPA 2.8) - GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELA AUDITORIA INTERNA

Verificações Propostas	Possíveis evidências
1. A UAIG possui estrutura organizacional formalmente estabelecida?	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas organizacionais e/ou normativos que estabeleçam formalmente a estrutura organizacional e as prerrogativas funcionais da UAIG. - Regimento Interno da UAIG. - Quadro de Cargos em Comissão ou de chefias.
2. A estrutura organizacional da UAIG contempla a definição formal de papéis e de responsabilidades dos cargos-chave/principais posições na atividade de AI?	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas organizacionais e/ou normativos que estabeleçam formalmente a estrutura organizacional e prerrogativas funcionais da UAIG. - Regimento Interno da UAIG. - Quadro de Cargos em Comissão ou de chefias.
3. A estrutura organizacional da UAIG contempla mecanismos/processos de apoio às relações de reporte e às necessidades da atividade de AI?	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas organizacionais e/ou normativos que estabeleçam formalmente a estrutura organizacional e prerrogativas funcionais da UAIG. - Regimento Interno da UAIG. - Quadro de Cargos em Comissão ou de chefias. - Unidades de gestão interna e de apoio operacional (gestão de pessoas, capacitação, gestão financeira, TI, etc) - Sistemas operacionais e de gestão de informação. - Cadeia hierárquica.
4. A UAIG possui processo permanente de avaliação de requisitos e de obtenção de recursos e de ferramentas, incluindo aquelas baseadas em tecnologia, necessárias para gerenciar e executar a atividade de AI?	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas organizacionais e/ou normativos que estabeleçam formalmente a estrutura organizacional e as prerrogativas funcionais da UAIG. - Regimento Interno da UAIG. - Quadro de Cargos em Comissão ou de chefias. - Unidades de gestão interna e de apoio operacional (gestão de pessoas, capacitação, gestão financeira, TI, etc) - Sistemas operacionais e de gestão de informação. - Cadeia hierárquica. - Plano diretor de TI. - Orçamento anual. - Plano anual de capacitação.

<p>5. A estrutura organizacional da UAIG possibilita um processo adequado para administrar, para coordenar e para comunicar-se dentro da atividade de AI?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas organizacionais e/ou normativos que estabeleçam formalmente a estrutura organizacional e as prerrogativas funcionais da UAIG. - Regimento Interno da UAIG. - Quadro de Cargos em Comissão ou de chefias. - Unidades de gestão interna e de apoio operacional (gestão de pessoas, capacitação, gestão financeira, TI, etc) - Sistemas operacionais, de gestão de informação e de monitoramento da atividade de AI. - Cadeia hierárquica.
<p>6. A estrutura organizacional da UAIG possibilita o desenvolvimento de relações de trabalho profissionais e promove a comunicação contínua e construtiva dentro da atividade de AI?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas organizacionais e/ou normativos que estabeleçam formalmente a estrutura organizacional e as prerrogativas funcionais da UAIG. - Regimento Interno da UAIG. - Quadro de Cargos em Comissão ou de chefias. - Unidades de gestão interna e apoio operacional (gestão de pessoas, capacitação, gestão financeira, TI, etc) - Sistemas operacionais, de gestão de informação e de monitoramento da atividade de AI. - Cadeia hierárquica.

Fonte: Elaborado pelo autor

APÊNDICE B – Roteiro da Entrevista junto ao Auditor Chefe com base no (KPA 2.8) -

GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELA AUDITORIA

INTERNA

Verificações Propostas - Existência	Sim	Não	Parcial	Observações
1. A UAIG possui estrutura organizacional formalmente estabelecida?	X			
2. A estrutura organizacional da UAIG contempla a definição formal de papéis e de responsabilidades dos cargos-chave/principais posições na atividade de AI?	X			
3. A estrutura organizacional da UAIG contempla mecanismos/processos de apoio às relações de reporte e às necessidades da atividade de AI?	X			

4. A UAIG possui processo permanente de avaliação de requisitos e de obtenção de recursos e de ferramentas, incluindo aquelas baseadas em tecnologia, necessárias para gerenciar e executar a atividade de AI?			X	Ausência do Plano Diretor de TI
5. A estrutura organizacional da UAIG possibilita um processo adequado para administrar, para coordenar e para comunicar-se dentro da atividade de AI?	X			
6. A estrutura organizacional da UAIG possibilita o desenvolvimento de relações de trabalho profissionais e promove a comunicação contínua e construtiva dentro da atividade de AI?	X			

Fonte: Elaborado pelo autor